

# HUM@NÆ

Questões controversas do mundo contemporâneo.

v 11, n. 2

## **PRESERVAÇÃO AMBIENTAL, EDUCAÇÃO E CONSUMO: UMA PROBLEMÁTICA INTERDISCIPLINAR**

Clarissa Marques<sup>1</sup>

Ingrid Tereza de Moura Fontes<sup>2</sup>

Joan Amorim da Silva<sup>3</sup>

### Resumo

Inspirado na crítica à disciplinariedade, o presente artigo propõe o reconhecimento da problemática ambiental como interdisciplinar, dada a necessidade de analisar os impactos ambientais e degradação do meio ambiente de forma não especializada e, sim, integradora das epistemologias. Busca analisar as relações entre o padrão contemporâneo do consumismo e suas repercussões ambientais, partindo da diferença entre consumo (indispensável à vida humana) e consumismo (necessidades fabricadas através do sistema capitalista). Trata ainda sobre desenvolvimento sustentável como mecanismo capaz de fornecer à natureza uma oportunidade de regeneração, aliado à políticas de educação para o consumo e preservação ambiental, possibilitando, dessa forma, a existência de um futuro ambientalmente sustentável. Desta forma, foi utilizada uma metodologia majoritariamente analítica, aliada a uma abordagem exploratória que resgatou a perspectiva histórica da negação da natureza como base explicativa para o cenário identificado no texto.

---

<sup>1</sup> Pós-Doutorado realizado na The New School of Social Research-NY (Bolsista CAPES), Doutora em Direito pela UFPE (Estágio de Doutorado realizado na Universidade de Paris - Bolsista CAPES), Professora do PPGD da Faculdade Damas ARIC/PE, da Universidade de Pernambuco-UPE e da FACIPE/NUFA, Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Transdisciplinares sobre Meio Ambiente, Diversidade e Sociedade, advogada ambiental.

<sup>2</sup> Aluna do curso de Direito da UPE – Campus Arcoverde, integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Transdisciplinares sobre Meio Ambiente, Diversidade e Sociedade

<sup>3</sup> Aluno do curso de Direito da UPE – Campus Arcoverde, integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Transdisciplinares sobre Meio Ambiente, Diversidade e Sociedade.

## INTRODUÇÃO

Com os avanços da tecnologia e do mercado, os produtos e serviços estão em constante processo de atualização e os consumidores a todo tempo são estimulados a adquirir aquilo que é tido como lançamento (BAUDRILLARD, 2007); provoca-se o ideal de necessidade, fabricado em meio ao sistema capitalista e fortalecido, principalmente, através dos meios de comunicação. Esse padrão de consumo induzido apresenta repercussões ambientais, pois nesse procedimento de substituição dos produtos que se tornaram obsoletos, toneladas de resíduos são produzidas e descartadas diariamente.

Num sistema no qual as pessoas são influenciadas cotidianamente ao consumo desmedido, em grande parte das vezes ao consumo de produtos desnecessários, sem que haja o hábito de preocupar-se com os impactos do processo de produção dos bens adquiridos, assim como, com o destino que estes terão após serem descartados, faz-se necessária uma mudança de paradigma de consumo. Trata-se de tarefa árdua dada a dificuldade em envolver a população com uma problemática que reflete não só a preocupação com o agora, mas também com o futuro; um desafio que exige políticas de educação para o consumo e educação ambiental<sup>1</sup>.

O consumo é algo natural do ser humano, significando um mecanismo de sobrevivência desde os tempos mais remotos. No entanto, a revolução industrial e os avanços tecnológicos no chamado mundo globalizado ocasionaram o crescimento exacerbado do consumismo, provocando repercussões ambientais. O modo de vida consumerista passou a representar algo comum no sistema capitalista, uma vez que o consumo está diretamente ligado à ideia de desenvolvimento econômico, garantia do movimento e estabilidade da economia. Soma-se a isso o fato de que não são poucas as vezes em que o hábito de consumir está relacionado com o ideal de felicidade a ser perseguido, sentimento fortalecido, por exemplo, por propagandas nos diversos meios de comunicação com as quais o consumidor depara-se diariamente, em especial, crianças e jovens.

Zygmunt Bauman, em sua obra "Vida para Consumo" (2007) alerta para a diferença entre consumo e consumismo. Nesse rastro de pensamento, destaca-se no presente trabalho a relação entre o consumismo e diversos problemas ambientais, como a exploração desmedida dos recursos naturais para satisfazer a crescente demanda da produção em uma era descartável, na qual os produtos e serviços estão em constante transformação. Além disso, a sociedade está sempre em busca daquilo que é mais atual (BAUDRILLARD, 2008) ocasionando outro problema que é a alta produção de lixo tanto pelas indústrias como pelos consumidores, uma vez que é usual que os produtos ao tornarem-se obsoletos sejam descartados de forma incorreta; uma das consequências da ausência de políticas de educação ambiental. Ressalta-se, ainda, a ausência de estímulos à produção com responsabilidade ambiental, bem como, ao consumo consciente e sustentável. Mais uma vez destaca-se a necessidade da educação ambiental para a contenção da degradação do meio ambiente.

Nesse sentido, com o processo evidente de globalização da economia e o reconhecimento de suas consequências, é relevante reconhecer a educação ambiental como mecanismo de enfrentamento da degradação do meio ambiente e enxergar a problemática interdisciplinar existente na discussão sobre preservação ambiental. Faz-se necessário que haja um comportamento solidário, de forma que a missão sustentabilidade e educação não seja tratada como uma responsabilidade individual, mas sim de todos (MARQUES, 2012).

Quando fala-se em desenvolvimento sustentável, é possível perceber que há uma ideia de natureza como um recurso ou uma matéria-prima, de modo que sempre será explorada, porém de uma forma "controlada". Partindo desse ponto, cabe questionar a partir de que

momento o meio ambiente deixou de ser utilizado para a sobrevivência e passou a ser “comercializado”. Ao lado de tal questionamento ganham relevância as políticas públicas que busquem conter a exploração exacerbada dos recursos naturais, bem como, insiram um amplo debate e participação popular nas tomadas de decisões a esse respeito. Por meio da divulgação de informações sobre um meio ambiente equilibrado e sadio, é possível promover a inclusão social, visto que inúmeras comunidades, sejam elas urbanas, rurais, indígenas, quilombolas, entre outras, compartilham das repercussões do consumismo, do lixo, da necessidade de educação ambiental; a interdisciplinariedade da problemática ambiental afeta a todos, não escolhe a quem atingir.

## 1. CONSUMO E CONSUMISMO: A PRÁTICA DO DESEJO ARTIFICIALMENTE PRODUZIDO

A modernidade e a racionalidade iluminista provocaram o distanciamento entre o homem e a ordem natural, a fragmentação da natureza, a objetivação do mundo (LEFF, 2006, p. 123), instrumentalizadas em boa parte pelo pensamento cartesiano que terminou por proporcionar um dos grandes paradigmas ocidentais: o rompimento entre sujeito e objeto, a oposição entre homem e natureza (MORIN, 1977, p. 26). A formação de um paradigma científico voltado para a parte e afastado do todo (AZEVEDO, 2008, p. 31). Esse paradigma do afastamento, se é que é possível chamá-lo assim, parece persistir até os dias de hoje. Como diria Morin, a investigação científica é a escola do luto tendo em vista que impõe-nos a renúncia ao conhecimento: o investigador é colocado para fazer parte de uma equipe especializada e nesta realidade o grande feito se dá por ser este grupo especializado e não por ser uma equipe (1977, p. 16). Essa especialização mencionada por Morin será aqui tida como a postura científica disciplinar muitas vezes utilizada na análise da problemática ambiental. A preservação do meio ambiente precisa ultrapassar o pensamento “especializado” e ser observada por um olhar interdisciplinar.

Com Descartes, marco da emergência da ciência moderna, o homem representa o centro do mundo (FERRY, 2009, p. 32) e a natureza sofre uma redução de significância (FERRY, 2003, p. 27). Tal postura se dá a partir da prevalência de comportamentos como domínio e posse (SERRES, 1992, p. 58), o que para a discussão ambiental representam ideias problemáticas se tomadas sem a devida cautela. Diferentemente do processo de fluidez em que nos encontramos, no qual as estruturas e instituições sociais enfrentam a liquefação, a modernidade propôs a solidez, por meio da rigidez das formas e dos meios, do distanciamento entre o humano e o natural (BAUMAN, 2005, p. 57). O discurso moderno colaborou com o afastamento do homem quanto à ordem da natureza, o fortalecimento de que esta seria um objeto a ser apropriado, uma categoria a ser explorada. A modernidade propôs, assim, o crescimento econômico a partir de um paradigma da negação: a negação da natureza, uma visão mecanicista (LEFF, 2006, p. 133).

O projeto moderno de dominação e de posse da ordem natural surge como uma das consequências do fim da crença misteriosa que até então a magia e a religião exerciam sobre a natureza; o fim da natureza como símbolo da ordem divina (WHITESIDE, 2008, p. 45). Simples matéria bruta desprovida de valor, a natureza (moderna) passa a representar objeto de exploração, objeto de consumo ilimitado (FERRY, 2003, p. 28). No entanto, convém observar o comportamento moderno diante da ordem natural e reconhecer que a chamada crise ecológica precisa ser analisada em seu sentido mais amplo, trata-se de uma problemática interdisciplinar que sugere a investigação das relações entre consumo, meio ambiente e educação.

Há uma racionalidade desvinculada das condições ecológicas, baseada em pressupostos mutilados que nos conduz às ações mutiladoras (MORIN, 1977, p. 13), à perda do vínculo e do limite das relações com a natureza (OST, 1995, p. 10). Para Morin, a disjunção entre o homem e a natureza representa uma mutilação de conceitos e revela a necessidade de uma reorganização do saber a partir de uma desejada articulação entre a ciência antropossocial e a ciência da natureza, o que ele chama de conceito trinitário de homem: indivíduo, sociedade e espécie. No referido conceito nenhum dos três elementos teria a condição de ser reduzido ou subordinado aos outros. Seria essa uma das bases do pensamento complexo apresentado pelo autor (MORIN, 1977, p. 14). Ressalta, ainda, que estaríamos esbarrando em um princípio onipotente e de disjunção tendo em vista que haveria uma inconsistência extrafísica das ciências humanas e uma inconsciência das ciências naturais quanto a sua realidade social. É como se a existência das ciências sociais impedisse as demais ciências de serem sociais, bem como a existência das ciências físicas inviabilizasse as ciências sociais de serem físicas. O autor admite, no entanto, que a relação e a implicação mútua entre essas duas ciências propõe uma realidade circular que termina por provocar uma exigência impossível de ser cumprida: um saber enciclopédico (MORIN, 1977, p. 15).

Olga Pombo por sua vez, nos lembra que a discussão sobre interdisciplinariedade passa necessariamente pela resistência à especialização. "Por isso a interdisciplinaridade é o lugar onde se pensa hoje a condição fragmentada das ciências e onde, simultaneamente, se exprime a nossa nostalgia de um saber unificado" (2004). Inspirados na crítica à disciplinariedade, o presente artigo propõe o reconhecimento da problemática ambiental como interdisciplinar, dada a necessidade de analisar os impactos ambientais e degradação do meio ambiente de forma não especializada e, sim, integradora das epistemologias.

Por outro lado, a degradação ambiental foi analisada por Boaventura de Sousa Santos como um dos problemas fundamentais que envolvem diferentes espaços-tempo. Apesar de não trabalhar com os conceitos de complexidade sugeridos por Morin, o autor indicou que a agressão ao meio ambiente talvez represente o mais intrinsecamente transnacional dos problemas mundiais. Segundo ele, a depender de como for tratado, poderá provocar tanto um conflito global, como poderá também ser a base para a promoção da solidariedade em nível transnacional e intergeracional (SANTOS, 2003, p. 296). A sobrevivência da humanidade é uma questão que impõe urgência em sua análise e que a "não solidariedade traz em si um grande potencial de desequilíbrio" (GUZMÁN, 1995, p. 233). Soma-se a isso uma espécie de estado fantástico de consumo e abundância representado pela multiplicação de objetos, dos serviços, dos bens e pela fragilização dos laços entre os semelhantes nas relações sociais (BAUDRILLARD, 2008, p. 13).

É relevante esclarecer a diferença entre consumo e consumismo. O ser humano não consegue sobreviver sem consumir, trata-se de uma questão de necessidade. Bauman (2007) afirma que o consumo é essencial à vida humana e sempre existiu. O consumismo, por outro lado, é incentivado, orientado, de modo que as pessoas creem que precisam de algo porque lhes é dito que sim. É um atributo da sociedade. Somos conduzidos a acreditar que, ao comprarmos determinado produto, seremos mais felizes, mais bonitos ou "estaremos na moda". Com a grande influência dos meios de comunicação em massa, está cada vez mais difícil distinguir o que é uma necessidade real do que é uma necessidade fabricada, surgindo um consumo que não existia, mas que foi implantado (SANTIAGO; BEZERRO, 2017).

Como podemos, então, saber o que realmente é necessário à nossa sobrevivência e o que é descartável? Por meio de práticas de educação ambiental, é possível diminuir consideravelmente essa cultura do consumismo, visto que as pessoas tornam-se mais críticas e conscientes a respeito de suas próprias necessidades e do que essas necessidades podem causar ao meio em que vivem. O meio ambiente vem dando cada vez

mais sinais de que está deteriorado, dada a frequência das notícias sobre catástrofes ambientais; recursos naturais que antes eram renováveis, não são mais considerados adequados para o consumo devido à intensa poluição; o aquecimento global avança cada vez mais rápido e está prejudicando muito fortemente a vida de espécies que habitam locais mais frios do planeta, entre outros problemas. A repercussão dessa degradação ambiental afeta a todos, torna-se um problema global e exige uma análise que ultrapasse a disciplinariedade das questões, capaz de enxergar o quanto interdisciplinar é a preservação ambiental. Nessa análise destaca-se a importância da educação ambiental como mecanismo integrador.

É importante também perceber que esse estado de consumismo não atinge apenas as pessoas que o praticam, mas também as demais e, inclusive, aquelas que ainda não nasceram. Surge, assim, o que é chamado de transgeracionalidade da questão ambiental, o que implica dizer que os danos sofridos na atualidade afetarão, também, gerações futuras, sem que seja possível calcular quanto tempo esses danos irão durar ou a extensão que irão atingir (MARQUES, 2013).

Quanto mais o consumo aumenta, mais indispensável a disseminação de uma educação ambiental adequada. Esta tem a capacidade de formar uma consciência crítica e que desperte um sentimento de solidariedade entre as gerações, já que a preservação do meio ambiente é essencial para que existam vidas futuras. Esse excesso de consumo também faz surgir uma forte desigualdade, fortalecida ainda mais pelo sistema capitalista, pois aqueles que têm uma condição financeira razoável podem consumir muito mais (incluindo coisas de que não precisam) do que aqueles que não a têm. Isso faz com que estes, muitas vezes, nem consigam satisfazer suas necessidades básicas, pois a prioridade passa a ser ditada pelo mercado que termina por conduzir ao consumo desejado e não ao consumo necessário.

Bauman (2007) faz uma comparação entre a utilização de bens no passado e na contemporaneidade. Os bens costumavam ser feitos levando em consideração sua durabilidade, o que fornecia uma segurança a longo prazo e uma certa estabilidade aos consumidores. A riqueza era demonstrada através da quantidade de mercadorias estocadas e da sua longa durabilidade ou solidez, transmitindo uma sensação de poder e de proteção. Atualmente, a riqueza é demonstrada através da descartabilidade dos produtos (o que envolve prazeres imediatos, que são facilmente substituídos por outros). Aquele que tem o produto mais atual, mais avançado ou mais tecnológico é quem detém mais poder e prestígio, provocando uma disputa de ego, status e constante desperdício. É comum associar a compra de mercadorias ao sucesso, à felicidade e à realização pessoal, acarretando um consumo excessivo, que não permite à natureza repor de forma satisfatória aquilo que foi retirado dela.

Um exemplo que bem demonstra como essa busca pela felicidade desprovida de limites ético-ambientais permanece, bem como, a disparidade no que diz respeito à exploração de recursos, é a média de consumo de energia por cada cidadão americano: seis vezes mais que os mexicanos, trinta e oito vezes mais do que os indianos, quinhentas e trinta e uma vezes maior do que um homem da Etiópia. Ou seja, se boa parte do resto do mundo passar a consumir energia tanto quanto os americanos consumiam no ano de 2007, em breve passaremos a precisar de vários planetas extras para suportar a capacidade de consumo das sociedades contemporâneas (MCKIBBEN, 2007, p. 184).

Um segundo exemplo: uma família americana utilizaria mais combustíveis fósseis durante o período entre a noite de ano novo e o jantar do dia dois de janeiro do que uma família na Tanzânia utilizaria durante o ano todo (MCKIBBEN, 2007, p. 196). Não há como negar que o prazer proporcionado pela abundância vem acompanhado por prejuízos que não são tão prazerosos, como, por exemplo, a degradação do quadro coletivo em razão das

atividades econômicas (BAUDRILLARD, 2008, p. 33). Parece contraditório, mas a abundância leva ao desperdício. Trata-se de uma dimensão simplista do consumo, levada pelas circunstâncias, pelo status de moda, ou seja, pelo momentâneo e não pelo permanente. Postura que acarreta o desperdício provocado desde o indivíduo, que parece negar as considerações acerca do valor de uso e da duração dos objetos, “até ao desperdício à escala nacional e internacional e até mesmo ao desperdício, de certa maneira planetário, típico da espécie humana na sua economia geral e na exploração das riquezas naturais” (BAUDRILLARD, 2008, p. 39). Uma espécie de transição da esfera do consumo essencial para a esfera do desperdício que termina provocando a deterioração da disponibilidade de recursos naturais, em algumas situações o próprio esgotamento e o aumento considerável do consumo de matérias e energia para a transformação em mercadorias (BERRÍOS, 2007, p. 87).

## 2. MEIO AMBIENTE E A PROTEÇÃO DO FUTURO

A sobreposição dos interesses econômicos faz com que os processos de industrialização e modernização tenham apenas seu lado positivo exaltado, uma vez que representam desenvolvimento e com isso acaba ficando em segundo plano a preocupação com o meio ambiente natural. Os recursos naturais são a base para o desenvolvimento, seja através da utilização das fontes de energia renováveis e não renováveis ou como matéria prima na fabricação dos produtos. Sua exploração é constante, seja para atender os anseios da sociedade ou para satisfazer a demanda de bens e serviços que cresce como resultado das influências e dos estímulos para o consumo (SANTIAGO, MACHADO, 2015). Isso nos faz pensar na necessidade em discutir o ecodesenvolvimento (MONTIBELLER, 1993), as práticas de consumo e a sustentabilidade.

Se por um lado o fortalecimento e estabilidade da economia representam o foco do sistema capitalista, por outro lado, a população consumidora, que é a base desta economia, não costuma ter a devida noção da gravidade das repercussões ambientais trazidas pelo seu estado de consumismo, consequência direta da falta de informação ao consumo e educação ambiental. Quando existe essa noção, é raro que a preocupação avance ao ponto de adotar um novo comportamento nessa relação entre consumismo e meio ambiente. Isto é um reflexo de um pensamento cultural, em meio a uma sociedade imediatista, que não se preocupa enquanto as coisas não atingem diretamente o indivíduo. Toma-se como exemplo as pessoas que costumam se chocar diante de grandes desastres ambientais frutos da atividade humana, o que é perfeitamente normal, mas não se dão conta do que está ocorrendo gradativamente a sua volta, já que a satisfação da sua necessidade fabricada de consumir acaba não permitindo que enxerguem os riscos diários causados por atividades de produção.

A segurança existencial acaba entrando em um paradigma de incertezas. Vivemos no que Ulrich Beck denomina “sociedade de risco global”, isto porque as consequências das atitudes tomadas no presente podem ser imprevisíveis e a ocorrência de danos é algo que pode ou não vir a ocorrer (BECK, 2010). Cabe destacar que o risco se difere do perigo, pois aquele está vinculado a decisões dos seres humanos e é resultado da sua intervenção enquanto este último refere-se a fenômenos, naturais ou não, que podem causar danos e sempre ameaçaram a humanidade. Neste cenário, o consumismo mostra-se como uma variável potencialmente degradadora ao meio ambiente, uma vez que possui como um de seus resultados a criação de uma era descartável; a intensa exploração dos recursos naturais como base do progresso das tecnologias justifica-se na necessidade de satisfazer a

alta demanda de produtos e serviços, provocando por sua vez a alta produção do lixo cujas consequências provavelmente serão arcadas pelas futuras gerações.

Beck alerta que a produção e distribuição de bens para consumo acabou sendo deslocada para uma sociedade de risco, na qual o desenvolvimento da ciência não consegue mais acompanhar e controlar as consequências da crescente industrialização. Partindo disso, passam a existir consequências de alta gravidade para o meio ambiente, bem como, para a saúde humana, que, não raramente, só são descobertas a longo prazo, tornando-se muitas vezes irreversíveis. Beck cita riscos ecológicos, químicos, nucleares e genéticos, que são externalizados de uma forma econômica, mas que possuem uma legitimidade científica e são minimizados politicamente. Ou seja, os riscos gerados pelo processo de industrialização, apesar de bastante graves, são repassados à sociedade como um ponto positivo no que toca à economia, ao mesmo tempo em que são legitimados pela ciência (pois são tidos como necessários para o avanço científico) e a política encarrega-se de minimizar suas consequências.

Nesse sentido, surge a necessidade de uma discussão interdisciplinar entre as diversas ciências e com a sociedade, uma vez que esta é a mais afetada pelos riscos globais. Através dessa inter-relação, surge uma ação recíproca por parte dos estudiosos. É inevitável que haja essa interdisciplinaridade, pois a especialização dos estudos científicos tornou impossível que uma só pessoa possua conhecimento sobre uma área ampla da ciência. Com a especialização, o todo foi dividido em pequenas partes por intermédio de uma análise cada vez mais específica (POMBO, 2005).

Somado a isso, tem-se que o conceito de sociedade de risco cruza diretamente com o conceito de globalização, uma vez que os riscos afetam nações inteiras e diversas classes sociais sem respeitar fronteira alguma (GUIVANT, 2001). Sendo assim, os impactos ao meio ambiente atingiram um nível tão alto que fala-se atualmente no Antropoceno (ACOSTA, 2013). Essa tese defende que o mundo está vivenciando um novo tempo geológico (que supostamente superou o Holoceno). Essa nova era seria marcada pela influência humana na Terra, o que inclui as catástrofes e diversos outros problemas causados pela intensa poluição. O Antropoceno seria mais um motivo para nos voltarmos de forma ativa à educação ambiental, para que possamos minimizar os efeitos do estado de consumismo sobre o planeta. Há que se falar então no princípio da precaução que deve ser aplicado quando determinada atividade demonstre ser um potencial lesivo ao meio ambiente mesmo que haja incerteza científica da ocorrência de tal resultado, não se podendo assumir o risco já que os danos podem ser irreversíveis (HAMMERSCHMIDT, 2002). Logo, num contexto onde não se sabe a probabilidade da produção de tais lesões este princípio revela-se como uma alternativa ética a ser adotada para que as decisões sejam tomadas de forma a buscar um equilíbrio ecológico. A precaução passa a representar então um elemento de defesa do direito humano ao meio ambiente, devendo ser adotada numa escala não apenas local, mas sim global já que os sujeitos ainda não nascidos também estão contemplados (JONAS, 2006).

Portanto, para a garantia de um meio ambiente minimamente saudável para as gerações futuras, deve-se ter uma perspectiva transgeracional na relação do homem com a natureza. Isso quer dizer que é necessário ter consciência de que as atitudes tomadas hoje não apenas afetam a geração atual como também os seres não nascidos, tendo esse vínculo uma função de limitar os atos praticados hoje que possam causar danos ambientais talvez irreversíveis. É mister uma mudança de atitude em âmbito global, o que torna-se desafiador na medida em que é difícil para um indivíduo na sociedade imediatista que se apresenta (BAUDRILLARD, 2007), e que tanto valoriza o lucro, adotar uma mudança de postura em nome de uma realidade da qual provavelmente não fará parte e de cujos benefícios o mesmo não irá usufruir, já que os efeitos provavelmente ocorrerão em longo prazo; eis a missão das políticas de educação ambiental e consumo consciente.

Sendo assim, fica evidente que na busca por uma relação harmônica entre os indivíduos e o meio ambiente, faz-se necessária a adoção de uma nova postura ética, o que inclui a consciência diante do consumo, consciência essa a ser alcançada quando da propagação de informações por meio da educação ambiental. A viabilidade do equilíbrio ecológico numa era dominada pela busca de progresso e desenvolvimento econômico, diretamente relacionada à intensa exploração e degradação de recursos naturais, passa, necessariamente, por uma análise interdisciplinar. Esta promovida por meio da observação de dados econômicos, informações sobre exploração de recursos, riscos presentes e futuros, índices de consumo e produção de resíduos, dentre outras; pesquisas atomizadas e setoriais não mais atendem à complexidade da problemática ambiental.

Reforça-se, assim, a importância da educação ambiental, que deve ser difundida nos meios acadêmicos e científicos, assim como, nos debates relacionados às práticas sociais do cotidiano, sendo indispensável sua inserção desde as bases escolares; a produção e aplicação dos seus conhecimentos e princípios ético-políticos servirão de inspiração ao desafio de conscientizar e orientar a sociedade para o desenvolvimento sustentável (REIGOTA, 2007). Nessa mudança de paradigma, é mister superar o estímulo ao consumo exacerbado - e a consequente degradação ambiental - em prol do desenvolvimento social em conformidade com o equilíbrio ecológico<sup>2</sup>.

## CONCLUSÃO

No cenário capitalista, somos educados a adquirir cada vez mais produtos e a substituí-los em curtos espaços de tempo. Logo, faz-se necessário um processo de reeducação da sociedade na qual o ideal de desenvolvimento esteja aliado a uma preocupação ambiental prioritária e que isto não seja apenas uma teoria ou um discurso falacioso, mas sim um objetivo a ser perseguido e efetivamente realizado.

Fala-se da forte contribuição do antropocentrismo para essa era consumista, pois ao passo que o homem passa a se enxergar como centro, o meio ambiente começa a ser apenas um meio de exploração de recursos, fonte para satisfazer as necessidades humanas. Nesse sentido, torna-se indispensável discutir o ecodesenvolvimento, capaz de contribuir para a solidariedade entre as gerações atuais, entre o homem e o meio ambiente e, inclusive, para com gerações futuras. É preciso compreender que os recursos naturais são finitos, ao passo que as necessidades humanas, não. Partindo desse raciocínio, é preciso considerar que o intenso desperdício e descaso com a natureza afetará muito severamente indivíduos que nem tiveram a chance de tentar mudar essa realidade, mas que já nascerão condenados a um ambiente degradado. O desenvolvimento sustentável é definido como desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades<sup>3</sup>. No que concerne ao ecodesenvolvimento, deve existir uma visão a longo prazo, uma preocupação com o bem-estar social, bem como, uma solidariedade com as futuras gerações.

Não há como negar o impacto positivo quando, mesmo na sociedade de consumo, é difundida a educação ambiental, não só nas escolas, mas em qualquer meio em que haja o mínimo de interação humana, incluindo pequenas comunidades. Essa educação é capaz de gerar um senso crítico e responsável, bem como um forte sentimento de solidariedade entre as gerações. As pessoas passam a questionar se realmente necessitam consumir



determinados produtos e isso faz com que o estado de consumismo sofra uma desaceleração considerável.

É preciso a consciência de que o meio ambiente não existe apenas para satisfazer as necessidades do ser humano, mas também é imprescindível para a própria sobrevivência das espécies. Importante que se crie um pensamento responsável, crítico e consciente acerca do consumo e, também, sobre as consequências que os danos ambientais podem trazer para os seres vivos, o que para tal, uma análise interdisciplinar da problemática ambiental torna-se indispensável.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Miguel A. Ruiz. La devastación socioambiental del capitalismo en la era del Antropoceno. Mundo Siglo XXI, revista del CIECAS-IPN ISSN 1870-2872, Núm. 32, Vol. IX, 2014, pp. 33-46.

AZEVEDO, Plauto Faraco de. Ecocivilização. Ambiente e direito no limiar da vida. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. Vida Para Consumo: as transformações das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BAUDRILLARD, Jean. A sociedade de consumo. Lisboa: Edições 70, 2008, p. 13.

BECK, Ulrich. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

BERRÍOS, Manuel Orlando. Reflexões sobre o consumo e o consumismo. In: CORTEZ, Ana Tereza Cáceres, ORTIGOZA, Sílvia Aparecida Guarnieri (orgs). Consumo sustentável. Conflitos entre necessidade e desperdício. São Paulo: UNESP, 2007.

BRANDÃO, Adrieli Santos. Consumo e meio ambiente: principais efeitos do consumismo no meio ambiente natural do Brasil. Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/36653/consumo-e-meio-ambiente-principais-efeitos-do-consumismo-no-meio-ambiente-natural-do-brasil>>. Acesso em: 1 abr. 2017.

COSTA, Cristina. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 2010.

DORNELAS, Henrique Lopes. Sociedade de risco e o princípio da precaução: conceito, finalidade e a questão de sua imperatividade. Revista UNIABEU Belford Roxo V.4 Número 6 Jan. – Abr. 2011.

FILHO, Gilberto Montibeller. Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável. Conceitos e Princípios. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/6645>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

FERRY, Luc. Développement durable, monde de la technique et société Du risque. In: BOITEUX, Marcel. L'homme et sa planète. Paris: PUF, 2003.

FERRY, Luc. Le nouvel ordre écologique. L'arbre, l'animal et l'homme. Paris: Grasset, 2009.

GUIVANT, Julia S. A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia. Estudos Sociedade e Agricultura, 16, abril 2001: 95-112.

GUZMÁN, José López. Justicia y ecología. In: BALLESTEROS, Jesús, RUIZ-GÁLVEZ, María Encarnación Fernández, MARTINÉZ-PUJALTE, Antonio-Luis (coords). Justicia, solidaridad, paz. Estudios en homenaje al Professor José María Rojo Sanz. Vol.I. Valencia: Departamento de Filosofía del Derecho, Moral y Política de la Universitat de València, 1995.

HAMMERSCHMIDT, Denise. O risco na sociedade contemporânea e o princípio da precaução no direito ambiental. Revista Sequência, nº 45, p. 97-122, dez. 2002.

JONAS, Hans. O princípio responsabilidade. Ensaio de uma ética para civilização tecnológica. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2006.

LEFF, Enrique. Racionalidade ambiental – a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MALTEZ, Rafael Tocantins, FERIAN, Monique Rodrigues. Consumismo e meio ambiente. (2014). Disponível em: <<https://rafaelmaltez.jusbrasil.com.br/artigos/121944044/consumismo-e-meio-ambiente>>. Acesso em: 26 mar. 2017.

MARQUES, Clarissa. Meio ambiente, solidariedade e futuras gerações. Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC, v. 32.2, jul./dez. 2012.

MARQUES. Por uma compreensão da crise ambiental e do paradigma do risco. Revista Caderno de Relações Internacionais, vol. 4, nº 7, jul-dez. 2013.

MARQUES, Clarissa. CAMPOS, Ingrid Zanella Andrade. Um desafio para os princípios ambientais internacionais: a proteção do futuro. Caderno de Relações Internacionais, vol. 7, nº 13, ago-dez. 2016.

McKIBBEN, Bill. Deep economy. The wealth of communities and the durable future. New York: Henry Holt, 2007.

MORIN, Edgar. O método. 1. A natureza da natureza. Mira-Cintra: Publicações Europa-America, 1977.

OST, François. A natureza à margem da lei. A ecologia à prova do Direito. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

POMBO, Olga. Interdisciplinariedade e integração dos saberes. Conferência apresentada no Congresso Luso-Brasileiro sobre Epistemologia e Interdisciplinaridade na Pós-Graduação. Disponível em: <http://cfcul.fc.ul.pt/biblioteca/online/pdf/olgapombo/interdisciplinaridadeintegracao.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2017.

POMBO, Olga. Interdisciplinaridade e Integração dos Saberes. Liinc em Revista, v.1, n.1, p. 3 -15, mar. 2005.

PROENÇA, Fabricio. Consumismo e Produção de Lixo. Revista Vita Naturalis. Disponível em: <http://vitanaturalis.webnode.com.br/artigos/ecologia-e-meio-ambiente/consumismo-e-producao-de-lixo/>. Acesso em: 1 abr. 2017.

REIGOTA, Marcos Antonio do Santos. Ciência e Sustentabilidade: a contribuição da educação ambiental. Revista de Avaliação da Educação Superior, v. 12, n. 2, jun. 2007.

RUAS, Desirée. Consumo e consumismo: pela consciência em primeiro lugar. Disponível em: <[http://www.geledes.org.br/consumo-e-consumismo-pela-consciencia-em-primeiro-lugar/?gclid=Cj0KEQjw2fLGBRDopP-vg7PLgvsBEiQAUOnIXNBJeOJeJi-9eAHf3Ap7mR7V4idEz5JaDie57Q-E45gaAqj88P8HAQ#gs.i6A\\_i3w](http://www.geledes.org.br/consumo-e-consumismo-pela-consciencia-em-primeiro-lugar/?gclid=Cj0KEQjw2fLGBRDopP-vg7PLgvsBEiQAUOnIXNBJeOJeJi-9eAHf3Ap7mR7V4idEz5JaDie57Q-E45gaAqj88P8HAQ#gs.i6A_i3w)>. Acesso em: 29 mar. 2017.

SANTIAGO, Mariana R., BEZERRO, Eduardo B. Relações de consumo na pós-modernidade: o consumo colaborativo como instrumento de sustentabilidade. Revista de Direito da Cidade. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/26970/20432>. Acesso em: 14 de jul. de 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2003.

SERRES, Michel. Le contrat naturel. Paris: Flammarion, 1992.

SORRENTINO, Marcos, TRAJBER, Rachel, MENDONÇA, Patrícia, JUNIOR, Luiz Antonio Ferraro. Educação ambiental como política pública. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.31, n.2, p. 285-299. 2005.

WHITESIDE, Kerry H. Une écologie humaniste. In: SMOUTS, Marie-Claude. Le développement durable. Lês termes du débat. Paris: Armand Colin, 2008.